



CAFÉ COM SUSTENTABILIDADE

Novembro 2016 | Ano 9 | Edição 49

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

FINANCIAMENTO DE RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL NO BRASIL



ÍNDICE

Apresentação	3
Introdução	4
Annelise Vendramini	6
Soja	8
Pecuária	9
Cana de Açúcar	10
Glauber Silveira	12
Francisco B. Neto	14
César Grafietti	16
Marcio M Costa	18
Conclusões	20

Apresentação



Mário Sérgio Vasconcelos

O Brasil assumiu o compromisso internacional de recuperar 12 milhões de hectares de florestas no âmbito do Acordo de Paris. Quais serão os custos para o setor agropecuário atingir esse objetivo e como os bancos podem se preparar para auxiliar seus clientes nessa tarefa? Para ajudar a responder a essas questões, a FEBRABAN e o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas elaboraram o estudo “Financiamento de Recomposição Florestal no Brasil”, que foi o tema central da 49ª edição do Café com Sustentabilidade, realizado no dia 23 de novembro de 2016 na sede da FEBRABAN, em São Paulo.

Um dos atuais desafios do Brasil é conciliar preservação ambiental com a produção da agroindústria brasileira, que responde por cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) e 30% das exportações. O setor bancário é responsável por levar o crédito que financia parte da atividade agropecuária, com recursos previstos pelo Plano Safra e utilizando diversas linhas e modalidades de financiamento. Os clientes rurais terão de se engajar no cumprimento do Código Florestal (Lei Nº12.651/2012), restaurando áreas para conservação conforme previsto na lei e que ajudarão o país a cumprir as metas climáticas ratificadas no Acordo de Paris.

A FEBRABAN já vem apoiando o produtor rural no cumprimento da legislação e regularização ambiental das propriedades por meio de um projeto de apoio à implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), registro público obrigatório que integra as informações ambientais dos imóveis rurais. O estudo aqui apresentado, fruto de uma parceria frutífera com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), realizou simulações para análise da capacidade de pagamento do tomador de crédito para recompor áreas de florestas para as culturas de cana de açúcar, grãos/soja, pecuária extensiva e pecuária semi-intensiva.

Temos em mãos, assim, mais um instrumento para a tomada de decisões sobre o tema. Atingir o objetivo de realizar a recomposição florestal necessária para que o país cumpra o Código Florestal e suas metas climáticas só será possível com a concatenação de esforços do setor financeiro, seus clientes, produtores, associações e governo. O empenho desse grupo é o que permitirá que as soluções sejam encontradas.

Boa leitura!

Introdução



“Um dos fatores de risco mais importantes para o fluxo de financiamento é a rentabilidade da atividade produtiva, uma vez que a recomposição florestal não traz retorno econômico adicional”, afirmou

Annelise Vendramini, coordenadora do Programa de Finanças Sustentáveis do GVces, durante a apresentação do estudo.

O Brasil enfrenta o desafio histórico de conciliar a conservação e restauração de suas áreas de florestas com a produção agropecuária, um segmento econômico de grande importância para a economia do país. O Código Florestal (Lei Nº12.651/2012), estabeleceu a necessidade de manutenção da vegetação nas Áreas de Preservação Permanente (APP), como margens de rios e topos de morros e a Reserva Legal (RL), percentual da propriedade que deve preservar a mata nativa e que varia de acordo como o bioma. Como muitos produtores rurais desmataram no passado, eles têm à sua frente a tarefa de recuperar a vegetação nessas áreas – e parte dessa regularização ambiental vai demandar financiamento. O estudo “Financiamento de Recomposição Florestal no Brasil”, fruto de uma parceria com o GVces, procurou lançar luz sobre as características que esses financiamentos deverão ter, como eles podem

se encaixar no fluxo de caixa dos produtores rurais e se as atuais taxas de juros estabelecidas no Plano Safra podem ser aplicadas a essa realidade.

O levantamento realizou mais de 100 mil simulações para análise da capacidade de pagamento do tomador de crédito, considerando a recomposição de APP nas culturas de cana de açúcar, grãos/soja, pecuária extensiva e pecuária semi-intensiva, nos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná. A simulação não contemplou a possibilidade de exploração econômica das áreas de RL, que será avaliada posteriormente. Os biomas considerados foram Mata Atlântica e Cerrado.

Para todas as culturas analisadas, os melhores resultados foram obtidos quando se considerou o financiamento via operações de custeio de curto prazo, com redução gradual de área pro-

ductiva. No caso específico da soja, todos os mercados analisados demonstraram baixo impacto na capacidade de pagamento do financiamento da atividade de recomposição florestal. “Um dos fatores de risco mais importantes para o fluxo de financiamento é a rentabilidade da atividade produtiva, uma vez que a recomposição florestal não traz retorno econômico adicional”, afirmou Annelise Vendramini, coordenadora do Programa de Finanças Sustentáveis do GVces, durante a apresentação do estudo.

A pesquisa também apontou possíveis melhorias no Manual de Crédito Rural e teceu recomendações para aumentar a eficiência do Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), destinado a financiar, com recursos do governo federal, técnicas agrícolas com benefícios ambientais. A linha ABC Ambiental do programa permite

recomposição de APP e RL, mas é preciso desburocratizar a concessão de crédito, para que mais produtores rurais possam acessá-la. O estudo recomenda a simplificação das exigências documentais voltadas à contratação de operações, e a estruturação de um modelo de negócios para empresas e cooperativas agrícolas.

O lançamento do estudo foi seguido de um painel de discussão que contou com membros do setor produtivo e do setor financeiro. Participaram César Grafiatti, superintendente de Crédito no Itaú BBA; Francisco Beduschi Neto, presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e coordenador na iniciativa de pecuária do Instituto Centro de Vida; Glauber Silveira, conselheiro da Aprosoja Mato Grosso, e Marcio Macedo Costa, do Departamento de Meio Ambiente do BNDES.

Annelise Vendramini

Coordenadora do Programa de Finanças Sustentáveis do GVces



Em sua apresentação, a pesquisadora e coordenadora do Programa de Finanças Sustentáveis do GVces, Annelise Vendramini, falou sobre os principais desafios da recuperação florestal no Brasil e recomendou alguns caminhos para o setor financeiro apoiar o produtor nessa empreitada. Primeiro, a pesquisadora abordou a metodologia empregada para o estudo.

O levantamento foi realizado com base em modelagens econômicas a partir de dados secundários e considerando as taxas de juros previstas no Plano Safra, documentos públicos e entrevistas com representantes do setor financeiro, do agronegócio, especialistas e governo. O objetivo, segundo Vendramini, foi entender de que modo o financiamento da recomposição florestal no Brasil, a partir das taxas de juros hoje operadas na concessão de crédito agrícola, caberia no fluxo de caixa dos produtores rurais dos setores analisados - cana de açúcar, grãos/soja, pecuária extensiva e pecuária semi-intensiva, nos biomas Cerrado e Mata Atlântica, nos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná. O bioma Amazônia ficou de fora do estudo.

Foram consideradas, nas modelagens, as áreas de APP (ou RL sem exploração econômica) – portanto, áreas onde não há fluxo de caixa adicional e o desafio de financiamento é maior, já que o crédito precisa estar adequado ao fluxo de caixa dessa propriedade. O estudo analisou a rentabilidade para as culturas e dois tipos de financiamento: via custeio ou via investimento, em projeções de aproximadamente 20 anos.

“Um dos pontos que o estudo buscou determinar é qual o impacto do custo de restauração florestal sobre a capacidade de repagamento do cliente. Isso foi medido por um indicador, que é a soma da despesa financeira com a atividade de recomposição e do pagamento do principal, sobre a chamada rentabilidade”,

explicou Vendramini.

A pesquisadora observou que, para o setor agropecuário, rentabilidade significa o fluxo de caixa líquido da atividade produtiva – ou seja, a receita de vendas subtraída dos custos e despesas. O indicador procurou medir o impacto do financiamento adicional (aquele que seria potencialmente tomado para arcar com os custos de recomposição florestal) e quanto esse fluxo adicional de dívida impacta a rentabilidade do produtor rural nas modalidades já mencionadas.

Nas modelagens, a pesquisa procurou considerar elementos-chave do modelo: tais como o preço da soja, cana e boi gordo; o custo médio de recomposição florestal (baseado em dados da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo); a área utilizada para recomposição; a rentabilidade da atividade produtiva (com base nos dados da Agriannual e Agropecuária referentes a 2015); um potencial fluxo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); e a taxa de juros do financiamento, baseadas no Plano Safra.

O estudo considerou, conforme previsto em legislação, que a regularização da APP e RL pode

ser realizada em até 20 anos. No caso de custeio, a área considerada para o financiamento é de 1/20 ao longo de 20 anos de modelagem. No caso de investimento, a pesquisa assumiu que a recomposição será feita de uma só vez, o que gera uma implicação importante para o fluxo de caixa, porque se trata de separar, já no primeiro ano, uma área supostamente produtiva para fazer a recomposição florestal.

Além da análise de 69 casos base, que consideraram diferentes regiões, cultivos, tipos de produtores, taxas de juros e custos de recomposição florestal, os pesquisadores fizeram simulações adicionais pelo método estatístico de Monte Carlo, que se baseia na utilização de uma grande quantidade de amostragens aleatórias para se chegar a resultados próximos dos reais. Foram rodadas mais de 100 mil simulações, sensibilizando três variáveis: taxa de juros, custo de recomposição florestal e rentabilidade da atividade produtiva.



SOJA

Para a soja, com as premissas adotadas, os resultados mostram que o fluxo de caixa foi positivo em todas as simulações para o período de 20 anos. Os resultados apontam, por exemplo, que na modelagem de custeio (em que os fluxos de dívida variam ao longo de um a dois anos) o impacto sobre o fluxo de caixa é menor, pois são períodos mais curtos de financiamento e a perda de áreas produtivas para uso em recomposição florestal é diluída ao longo de duas décadas.

O melhor cenário foi encontrado para o produtor rural de médio porte no Paraná, onde 4,3% da rentabilidade seria comprometida com a recomposição florestal. Já no pior cenário, o índice de comprometimento da rentabilidade para realizar o financiamento da recomposição foi de 8,7%, resultado obtido para grandes proprietários no Mato Grosso no caso de arrendamento, quando o produtor arrenda a terra para outros.

No caso de custeio agrícola, tanto o melhor cenário quanto o pior estão próximos, comprometendo em torno de 14% da rentabilidade. Em um cenário de investimento, as faixas mostram uma variação maior. O menor impacto sobre o fluxo de caixa foi encontrado no Paraná, para produtores de médio porte. A rentabilidade varia conforme os diferentes Estados avaliados (PR, SP, MT) e também conforme o tamanho do produtor.

A análise da cultura de soja mostra ainda que o impacto no fluxo de caixa é maior no caso de investimento do que no do custeio. “Chama a atenção que, no caso de custeio, estamos falando de números relativamente baixos que não configuram um grande risco de crédito”, afirmou a pesquisadora. Caberá ao analista de crédito da instituição financeira fazer sua análise de risco.

PECUÁRIA

O estudo testou cenários de pecuária extensiva e semi-intensiva. No caso de custeio, o melhor cenário encontrado foi de 13,8% de comprometimento para grandes produtores no Paraná e o pior cenário, de 46,6% para o produtor de médio porte em Mato Grosso. No cenário de investimento, o melhor cenário ficou entre 27% para grandes produtores no Paraná e o pior, 90,6% para investimento no Mato Grosso. “Provavelmente, a maioria dos analistas consideraria que essa situação é mais delicada do ponto de vista do risco de crédito, porque quase 100% do fluxo de caixa estaria comprometido para o pagamento de despesas de juros e principal, o que é uma situação delicada”, observou Vendramini.

Quando se olha a pecuária semi-intensiva, o custeio no melhor cenário é de 8,7% para grandes produtores no Paraná; e o pior cenário passa dos 100% de comprometimento do fluxo de caixa, chegando a 107,2% para o produtor médio no Mato Grosso. Em relação ao cenário de investimento, o melhor cenário é de 17% para o grande produtor do Paraná, e o pior cenário é de 208,5% para o médio produtor no Mato Grosso – a pesquisadora ressaltou, porém, que a discrepância de resultados pode ser fru-

to das premissas adotadas na modelagem. “São números que nos dão uma pista sobre a viabilidade econômica de se tomar financiamento adicional para fazer o repagamento da recomposição florestal”. No caso de investimento, os números apontam para um impacto muito alto sobre o fluxo de caixa do produtor.

Ela destacou que, para as três commodities pesquisadas, a rentabilidade tende a ser o item que mais sofre variações. Como a recomposição florestal é uma atividade que não gera fluxo de caixa adicional, a atividade produtiva principal – seja soja, cana de açúcar ou pecuária – precisa ser rentável para que a capacidade de pagamento do produtor rural à instituição financeira não fique comprometida. Nas diversas modelagens realizadas, a rentabilidade foi a variável mais sensível aos choques, mais do que a taxa de juros ou o custo de restau-ro. “Não é somente a taxa de juros que tornará a operação viável, mas a estrutura de capital que vai financiar uma atividade que, a princípio, não é economicamente viável”, ressaltou. “Se estivéssemos fazendo uma discussão sobre Reserva Legal onde se pode fazer exploração econômica da área, talvez os resultados fossem um pouco diferentes”, disse.

CANA DE AÇÚCAR

Todas as simulações apontaram para fluxos de caixa negativos. Alguns dos modelos analisados, no entanto, apresentaram baixo impacto na capacidade de pagamento do cliente, como foi o caso do arrendamento. Para custeio, o comprometimento foi de 24,9% para o médio produtor de São Paulo no melhor cenário e 39,5% para o grande produtor do Paraná no pior cenário. No arrendamento, esses números não variam muito e ficam em torno de 8%. Quando se analisa o cenário de investimento, os dados apontam para um comprometimento de 50,7% para o médio produtor em São Paulo até 84% para o grande produtor no Paraná.

“Onde encontramos o menor impacto sobre a capacidade de pagamento do produtor rural foi, em média, para produtores médios e para arrendamento no Estado de São Paulo. Observamos que sempre o fluxo de caixa nesses cenários de investimento será pior do que o de custeio.”

Annelise Vendramini

Nas considerações finais, a pesquisadora reforçou que, tanto para a cana de açúcar quanto para as demais commodities, a rentabilidade foi a variável que mais respondeu aos choques, o que traz uma



discussão sobre a necessidade de investimento para maior produtividade e ganho de eficiência nas propriedades rurais de modo geral - e olhando a propriedade como um elemento importante para viabilizar as atividades de financiamento voltadas à recomposição florestal. Os melhores resultados foram obtidos quando se considera o custeio e não o investimento. Outro ponto que pode ser levado em consideração, num futuro próximo, é a geração de um fluxo de pagamento por serviços ambientais (PSA) que pode influenciar a rentabilidade do produtor.

O estudo também apontou possíveis melhorias no Manual de Crédito Rural e teceu recomendações para aumentar a eficiência do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), destinado a financiar, com recursos do governo federal, técnicas agrícolas com benefícios ambientais. A linha ABC Ambiental do programa permite recomposição de APP e RL, mas é preciso desburocratizar a concessão de crédito, para que mais produtores rurais possam acessá-la. O estudo recomenda a simplificação das exigências documentais voltadas à

contratação de operações, e a estruturação de um modelo de negócios para empresas e cooperativas agrícolas.

Segundo Vendramini, uma pequena alteração no manual de crédito rural para que a recomposição florestal possa ser considerada um item de custeio, não de investimento, pode ser um primeiro passo para estimular modelos de crédito para a recomposição florestal. Outra opção seria aumentar o limite de crédito via Plano Safra para os produtores rurais que já tenham feito a recuperação florestal completa ou que já estejam em processo de regularização. Isso seria um incentivo para os produtores sem aumentar o montante de recursos na economia destinados a crédito rural - seria uma troca de recursos para incentivar os produtores que se engajarem no processo de reflorestamento.

A discussão, porém, não é restrita ao setor financeiro, mas envolve a sociedade no desenho de instrumentos de mercado onde se possa atrelar

um fluxo de caixa adicional a atividades de restauração e conservação - exemplos são o mercado de cotas de reserva ambiental como base para um sistema de PSA; a estruturação de um mercado de carbono, um mercado para produtos madeireiros e não-madeireiros ligados aos biomas brasileiros que possam tornar rentável a parcela da Reserva Legal que pode ser explorada economicamente.

Outro trabalho que precisa ser feito é o de estimular novos mercados e abrir novas fronteiras de produto onde a carne, a soja ou o açúcar produzidos dentro de padrões sustentáveis sejam mais valorizados. É preciso, assim, procurar aumentar a demanda por produtos com sustentabilidade no mercado interno e externo - o que naturalmente não é um trabalho de curto prazo. “Faço uma analogia com os vinhos da Borgonha e os queijos franceses. Há certos produtos cuja marca foi intencionalmente construída ao longo de décadas, e o produto agro brasileiro pode fazer a mesma coisa com seus atributos de sustentabilidade. Essa é uma discussão que está posta e precisa ser fortalecida”, concluiu.

Glauber Silveira

*Glauber Silveira Conselheiro
da Aprosoja Mato Grosso*



Produtor rural e conselheiro da Aprosoja do Mato Grosso, Glauber Silveira abriu o debate que se seguiu à apresentação do estudo realizado pelo GVCes e FEBRABAN. Ele afirmou que os produtores de soja já estão realizando o processo de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) para cumprir o Código Florestal – por meio de ações como o cercamento para evitar que animais invadam as áreas em que a floresta deve ser recuperada e o plantio de mudas.

“O produtor hoje tem uma consciência muito forte em relação às APP. Ninguém desmatou porque quis, desmatar foi uma forma de chegar até onde a água está. Mas nós vamos recuperar, pois é uma obrigação”, afirmou Silveira, que citou como exemplo 50 mil hectares de APP que já foram recuperados no Estado do Mato Grosso.

Porém, no que tange à Reserva Legal, área da propriedade que deve ser destinada à conservação de acordo com o Código Florestal, a visão do produtor é diferente. “Reserva Legal é outra história. Nós não vamos recuperar. Primeiro, porque temos 60% do nosso país intocado, onde

a maioria que desmatou 80% das áreas o fez na época em que isso era permitido”, afirmou o produtor. Segundo Silveira, recuperar as áreas de RL não é uma tarefa viável porque os custos são um empecilho para o produtor, que vive os altos e baixos das safras, e especialmente em razão do fato de ter de abrir mão de áreas hoje produtivas para ceder lugar à floresta novamente.

“Na cabeça do produtor, não faz sentido plantar árvores naquela terra vermelha em que se produz 60 sacas de soja”,

afirmou o produtor.

Ele defende, no Mato Grosso, o programa PCI (Produzir, Conservar e Incluir), onde se discute a possibilidade de utilizar 50% das áreas destinadas a RL para o plantio de espécies que possam ser economicamente exploradas, como pinus ou eucalipto, o que é permitido pelo Código Florestal. Segundo ele, o Estado tem potencial para realizar o plantio de 500 mil hectares

de eucalipto como opção para recompor a RL, e isso seria também uma ferramenta importante para coibir o desmatamento de árvores nativas para uso como lenha e para secagem de grãos – a maioria desses cortes, segundo Silveira, são feitos de forma ilegal.

“Hoje no Mato Grosso nós temos 200 mil hectares de eucalipto plantado e não temos o que fazer com ele, porque a madeira ilegal está competindo conosco, e o governo precisa fiscalizar”, denunciou.”

afirmou o produtor.

Silveira enfatizou que os produtores de soja do Mato Grosso não estão dispostos a tomar crédito junto aos bancos para recompor áreas de RL, exceto se puderem plantar 50% da área com espécies exóticas para fins econômicos. Uma alternativa para que os produtores cumpram

o Código Florestal mesmo sem recuperar as áreas de RL seria a compensação em outras áreas que não abriguem atividades produtivas.

Francisco B. Neto

Presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e Coordenador da Iniciativa de Pecuária Sustentável do Instituto Centro de Vida (ICV)



Representando os pecuaristas, Francisco Beduschi Neto, que recentemente assumiu a presidência do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), organização multissetorial que agrega atores da cadeia da pecuária para fomentar padrões de produção mais sustentáveis, falou sobre desafios de recuperar os passivos ambientais do setor e de algumas experiências positivas na recuperação de APP e RL. Segundo Beduschi, a recuperação de APP é um ponto pacífico para os pecuaristas, assim como para os produtores de soja – ninguém discorda da necessidade de recuperar. No próprio Mato Grosso, nos municípios de Alta Floresta e Cotriguaçu, há exemplos bem-sucedidos de restauração de APP a baixo custo, em um projeto do Instituto Centro de Vida (ICV), do qual o Beduschi é coordenador. Segundo ele, foi possível economizar fazendo o plantio das árvores por semente, e não por muda, de forma mecanizada onde as áreas permitiam, com custos variando entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil por hectare.

No que tange à recuperação de RL, ele afirmou que as Cotas de Reservas Ambientais no Mato Grosso são suficientes para resolver o passivo

ambiental dos produtores, tanto no Cerrado quanto na Amazônia. “No Cerrado temos um saldo positivo de cotas, então é possível priorizar as áreas de alto valor para a conservação”, disse.

Sobre o estudo do GVCes e FEBRABAN, Beduschi reforçou pontos que o setor da pecuária e as instituições que trabalham com o tema já havia levantado: é muito improvável que o produtor rural consiga financiar atividades exclusivas de restauro florestal sem aumento de renda agregado – sem renda extra, ele não consegue pagar o crédito. “Na pecuária, temos de pensar sempre em melhorias. É por meio da adoção das boas práticas agropecuárias, BPAs, que o produtor vai aumentar sua produtividade, sua renda e, assim, conseguir pagar o financiamento das adequações ambientais. As duas coisas devem andar juntas”, ressaltou. As experiências em campo tanto no âmbito do GTPS quando do ICV, segundo Beduschi, têm mostrado que não demora muito – dois anos em média – para que o produtor perceba um retorno financeiro decorrente da adoção de práticas mais sustentáveis, e é essa melhoria da renda que deve

estar atrelada a um maior investimento em recuperação ambiental.

“No Programa Novo Campo, desenvolvido pelo ICV, os números demonstram que os produtores passaram de uma renda média de R\$ 100/hectare/ano para R\$ 600/hectare/ano, sendo que os melhores produtores estão com uma renda próxima a dos que cultivam soja: entre R\$ 900 a R\$ 1.400/hectare/ano”, afirmou.

Aliado a isso, as boas práticas estão permitindo a alguns produtores chegar a uma produção com redução no balanço de carbono (emissões – sequestro pela pastagem) por quilo de carne

produzida na ordem de 60%. Ainda de acordo com as pesquisas do ICV em parceria com o Imaflora, a ampliação da adoção das BPAs pode levar à uma redução de 90% em comparação com produtores que não utilizam essas técnicas. A ampliação dessa pecuária poderia render para o país uma certificação de carne “neutra em carbono”, o que poderia ser um bom argumento para promover o agronegócio brasileiro. “Temos de mostrar isso para o mercado para que, pelo menos, se dê preferência para o produto brasileiro, pois fazemos a nossa parte na mitigação dos impactos”, afirmou.

Beduschi abordou também os arranjos financeiros que podem contribuir para a ampliação dos programas de aumento da produtividade e da sustentabilidade da pecuária brasileira – como fundos de investimentos que estão dispostos a aportar recursos não só no financiamento do produtor rural, mas também via investimentos em fundos garantidores para redução do risco (e consequentemente, dos custos) dessas operações.

César Grafietti

Superintendente de
Crédito no Itaú BBA



Acostumado a lidar com planilhas de crédito rural, César Grafietti, superintendente de Crédito no Itaú BBA, comentou o estudo realizado pelo GVces e FEBRABAN e afirmou que as simulações apontadas estão próximas das contas que a instituição vem fazendo, envolvendo cerca de 140 clientes de crédito rural de sua carteira.

Grafietti mostrou análises feitas no Itaú BBA que consideraram custos de recuperação florestal variando de R\$ 1 mil por hectare até R\$ 7 mil. Ao comparar esses valores com a rentabilidade média dos clientes da carteira, haverá um ponto em que, dada a capacidade de repagamento do produtor, será possível realizar a recuperação – simulações que corroboram o estudo GVces/FEBRABAN.

Considerando custos de recomposição de R\$ 1 mil/ha, e um prazo de cinco anos para o financiamento, o produtor teria capacidade de tomar o financiamento a preços de mercado e recuperar 80% da área. No caso de uma recomposição mais complexa, porém, a capacidade de repagamento

desse produtor é menor, o que, na prática, resultaria na recomposição florestal de 15% a 17% da área passível de ser recuperada. Em ambos os casos foi considerada a utilização de 4% da receita operacional do produtor.

“Há, de fato, um desafio grande, que é em relação ao que precisa ser recuperado, o quanto precisa ser recuperado. Ainda que o custo financeiro não tenha sido uma variável tão sensível para o produtor, certamente é um custo, pois a recomposição florestal não traz retorno e impacta o fluxo de caixa”, afirmou Grafietti.

Segundo ele, o banco não tem recebido muita demanda para recuperação ambiental de APP e RL, apenas algumas consultas em relação à possibilidade de financiamento.



“

Conhecendo toda a dinâmica do produtor, a dificuldade e a volatilidade que essas commodities trazem no fluxo de caixa, e a partir de nossa plataforma de análise, conseguimos financiar boa parte dos produtores – o que falta é encontrar condições para financiar corretamente e com juízo”, garantiu.

César Grafietti

”

Marcio M. Costa

Departamento de
Meio Ambiente do BNDES



Em sua apresentação, Marcio Macedo Costa, do Departamento de Meio Ambiente do BNDES, ponderou que, na questão do financiamento da recomposição florestal, há dois pontos de vista a serem considerados: o das instituições financeiras e o do produtor rural. E não basta ter crédito disponível ou condições favoráveis de financiamento: mesmo nessas situações, pode ser que o produtor não decida fazer a recomposição florestal por vários motivos – seja por não estar sendo cobrado a recuperar a área naquele momento, pelo custo do investimento que terá de ser feito, ou por ter outras prioridades.

Costa falou sobre a experiência do BNDES em operar uma carteira voltada à restauração florestal, provavelmente a maior do sistema financeiro nacional, de R\$ 273 milhões, entre operações reembolsáveis (onde três grandes empresas são clientes) e não reembolsáveis. “É um número baixo porque ainda não é obrigatório. Mas estamos aprendendo a fazer análise dos projetos de restauração, dos seus custos, as diferentes rubricas e os riscos envolvidos”, afirmou. Apesar do crédito dispo-

nível, o representante do BNDES salientou que a restauração de APP é incipiente no país e isso fica evidente quando se olha os números do que existe para ser restaurado em todo o Brasil e do quanto já foi efetivamente recuperado.

Costa disse que ficou “bastante surpreso” com a afirmação de Glauber Silveira, da Aprosoja, de que os produtores de soja não iriam cumprir o Código Florestal no que tange à restauração de RL, e também com a denúncia em relação à compra de madeira ilegal no Mato Grosso.

“Eu sou representante do BNDES e tenho o papel de promover desenvolvimento e ajudar os empresários e produtores nacionais. Mas nosso papel também é cumprir a lei. Então, falar que não vai cumprir o Código é nos dar um sinal confuso sobre o que devemos fazer”, afirmou, reiterando que há várias alternativas para auxiliar os produtores rurais na tarefa de cumprir o Código Florestal – como buscar melhorias nas linhas de financiamento, associação com órgãos ambientais ou captação externa. “O BNDES está com um esforço imenso para

fazer captações externas de recursos para restauração e descobrir modos de combinar recursos reembolsáveis com não reembolsáveis”, disse.

Segundo Costa, o banco já possui uma carteira de R\$77 milhões destinados a não reembolsáveis, a maioria destes recursos de origem internacional, e pretende chegar a um arranjo que combine os dois tipos de financiamento, associado ao aumento da produtividade do produtor. O BNDES estuda a criação de um fundo, nos moldes do Fundo Amazônia, de forma que a instituição possa captar recursos de doações nacionais e internacionais para, nesse primeiro momento, promover restaurações com o uso de recursos não reembolsáveis, mas de uma forma que possa atrair crédito. O conceito, segundo Costa, é dar acesso ao produtor a recursos não reembolsáveis (que podem vir de uma ONG, cooperação ou universidade) para aplicação em áreas privadas para quem apresentar aumento da produtividade. “Acreditamos que o recurso não reembolsável pode ser acoplado ao reembolsável para melhorar as condições ou reduzir a taxa de juros para operações de restauro”, afirmou. O BNDES tem feito discussões com o governo

e órgãos ambientais para realizar ajustes no Programa Agricultura de Baixo Carbono e promover melhorias como o aumento de carência, introdução da possibilidade de plantio intercalado de espécies nativas e exóticas na RL, além de incorporar atividades de diagnóstico e restauração florestal no Cartão BNDES – pois muitas vezes o produtor não sabe se terá de fazer apenas o cercamento de uma área para sua recuperação, ou se terá de investir mais na área. Segundo Costa, é importante que os pequenos e médios produtores tenham a possibilidade de utilizar um instrumento desburocratizado, como é o Cartão BNDES, para essas atividades.

Costa afirmou ainda que acredita que esta fase inicial de dificuldade para implementar os projetos de restauro florestal nas propriedades deve durar de cinco a sete anos, mas que tende a ser superada quando os primeiros modelos regionais forem colocados em prática com sucesso. Por isso é preciso utilizar as alternativas de restauração – ele citou como exemplo o Planaveg (Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa), elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, que traz a meta de recuperar 390 mil hectares nos primeiros cinco anos de vigência do Código Florestal. “Se colocarmos isso no papel, mesmo com os custos entre R\$ 2 mil e R\$ 15 mil, a necessidade de recursos por ano é da ordem de R\$ 300 milhões para esses primeiros cinco anos. Não é muito”, disse.

A alternativa para financiar essa primeira fase pode vir de uma união entre os bancos de fomento e comerciais, agências de desenvolvimento, associações de produtores e órgãos ambientais – já que não existe investimento ambiental se não houver a obrigação legal de fazê-lo, pois se trata de um conflito entre o interesse individual de curto prazo (a rentabilidade) e o interesse coletivo de longo prazo (a conservação ambiental). “Essa união entre associações de classe e bancos vai permitir ao Brasil colocar em prática o novo Código Florestal e empreender algo que será benéfico para toda a população, inclusive para o próprio setor produtivo”, concluiu.

Conclusões



Após as apresentações, os palestrantes do 49º Café com Sustentabilidade FEBRABAN responderam a algumas perguntas levantadas pela plateia, que abordaram temas como as alternativas de financiamento para a restauração florestal nas esferas pública e privada, e como novos arranjos, como os sistemas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) podem contribuir para a meta brasileira de recuperar e reflorestar 12 milhões de hectares até 2030.

Francisco Beduschi Neto, do GTPS, disse que ainda há muito a fazer na implementação do Plano Agricultura de Baixo Carbono. Segundo ele, o programa não deve apenas conceder crédito ao produtor rural, mas também oferecer assistência técnica especializada para que este possa trabalhar com as tecnologias de menor impacto ambiental. Beduschi ressaltou que é necessário que os bancos partam do estudo apresentado durante o evento para uma tomada mais rápida de decisões, posto que “o mercado não espera”.

O presidente do GTPS ainda falou da perspectiva de atrair mais funding internacional e citou o exemplo do projeto Novo Campo, em Alta Floresta (MT), que recebeu € 11 milhões em recursos reembolsáveis que contribuem tanto para a implementação de técnicas mais sustentáveis nas propriedades rurais quanto para o restauro de APP. “Os produtores aumentaram sua produtividade e estão tranquilos de que conseguirão pagar esse crédito”, concluiu.

Marcio Macedo Costa, do BNDES, falou sobre os esforços do banco de fomento em buscar recursos dentro e fora do Brasil para apoiar os produtores rurais na recuperação florestal e manifestou preocupação em relação à demanda por esses recursos, caso não haja empenho dos produtores em buscar a regularização ambiental e fiscalização por parte do governo para que se cumpra o Código Florestal. “Como o BNDES vai captar recursos sem perspectiva de demanda?”, questionou. “Vai ter restauração

em 2017? Em 2018? Talvez não. Como a lei permite que seja adiada essa obrigatoriedade mais uma vez, e dado o histórico anterior de prorrogações, provavelmente teremos outro adiamento”, disse.

Glauber Silveira, da Aprosoja, reiterou seu ponto de vista de que o Código Florestal é engessado e onera o produtor rural. “Ninguém vai pagar para nós recuperarmos Reserva Legal, nem APP”, afirmou. Ele se mostrou cético em relação à perspectiva de produtores com boas práticas ambientais receberem taxas de juros mais baixas dos bancos e também em relação ao acesso a outras fontes de financiamento para a recomposição florestal. Segundo ele, alguns recursos internacionais até chegam para os produtores por meio de ONGs internacionais, mas são projetos pontuais que não ganham escala. “Quem vai comprar o produto brasileiro por ele ser sustentável? A China, o maior comprador, quer soja barata, eles não querem saber quem está produzindo”, disse.

No encerramento do 49º Café com Sustentabilidade, o diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN, Mário Sérgio Vasconcelos, fez um balanço das discussões realizadas ao longo do evento – que, segundo ele, foram “bastante firmes e consistentes, adequadas ao tamanho do problema que temos”. Vasconcelos ponderou que o setor financeiro não vai resolver, sozinho, o desafio de fomentar a recuperação florestal nos limites que o país precisa, mas concordou que é necessário tomar decisões de forma mais rápida.

“O ponto positivo é que, mesmo com as diferenças de opinião, nós concordamos em um ponto fundamental: é preciso trabalhar em conjunto e é preciso encontrar soluções, e elas não serão iguais para todas as regiões, para as diversas culturas agrícolas. Mas somos suficientemente criativos para buscar essas soluções”, concluiu.



CRÉDITOS

Redação

Andrea Vialli

Jornalista | MTB 29.798

Coodenação

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor de Relações Institucionais

Projeto Gráfico

Agência Mantra

Fotos

Silvana Braz Melo Gomes Corrêa

Informações

sustentabilidade@febraban.org.br

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS

AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1485, 15° ANDAR | CEP 01452-921 | SÃO PAULO | SP

www.febraban.org.br